



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

LIÉLIA BARBOSA OLIVEIRA

Trajetória do movimento comunitário de Campina Grande e o Serviço Social: o caso da União Campinense das Equipes Sociais (UCES)

**CAMPINA GRANDE – PB
SETEMBRO/2013**

LIÉLIA BARBOSA OLIVEIRA

Trajetória do movimento comunitário de Campina Grande e o Serviço Social: o caso da União Campinense das Equipes Sociais (UCES)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação **em Serviço Social** da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Marília Tomaz de Oliveira

CAMPINA GRANDE – PB
SETEMBRO/2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CIA I – UEPB

O48t Oliveira, Liélia Barbosa.

Trajatória do movimento comunitário de Campina Grande e o Serviço Social: o caso da União Campinense das Equipes Sociais - UCES /Liélia Barbosa Oliveira. – 2013.
28 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2013. “Orientação: Profa. Dra. Marília Tomaz de Oliveira, Departamento de Serviço Social”.

1. Movimento Comunitário. 2. Sociedade de Amigos de Bairro - SABs. 3. Serviço Social . 4. União Campinense de Entidades Sociais - UCES I. Título.

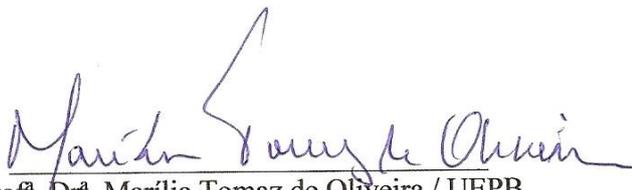
21. ed. CDD 301.242

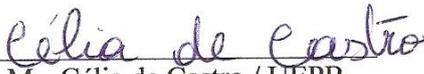
LIÉLIA BARBOSA OLIVEIRA

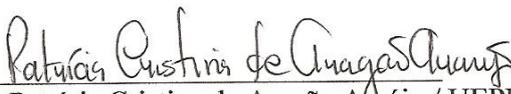
Trajetória do movimento comunitário de Campina Grande e o Serviço Social: o caso da União Campinense das Equipes Sociais (UCES)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em **Serviço Social** da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em 03/09/2013.


Prof.^a. Dr.^a. Marília Tomaz de Oliveira / UEPB
Orientadora


Prof.^a. Ms. Célia de Castro / UEPB
Examinadora


Prof.^a. Dr.^a. Patrícia Cristina de Aragão Araújo / UEPB
Examinadora

Trajatória do movimento comunitário de Campina Grande e o Serviço Social: o caso da União Campinense das Equipes Sociais (UCES)

OLIVEIRA, LIÉLIA BARBOSA ¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as contribuições do Curso de Serviço Social da UEPB para o surgimento das Sociedades de Amigos de Bairro – SABs e da União Campinense das Equipes Sociais – UCES, em Campina Grande-PB. Trazemos neste artigo uma trajetória do movimento comunitário em Campina Grande na década de 1950 - 1960 e suas interfases com a conjuntura histórica da cidade de maneira especial com a Faculdade de Serviço Social (denominação do Curso na época), demonstrando os laços estabelecidos pelo movimento social urbano de caráter comunitário através das organizações representativas de bairro. Trabalhamos com fontes bibliográficas e pesquisa de cunho documental, balizados teoricamente pela perspectiva da teoria social tendo como referência Iamamoto e Carvalho (2009) para pensar o Serviço Social; Souza (1996) com suas contribuições sobre o movimento comunitário na cidade; Vieira (1968), Melo (2002), Freitas (2010) entre outros que com seus trabalhos nos ajudaram a construir esse artigo. A pesquisa se circunscreve a partir da análise da questão social e seus reflexos no município, bem como acerca da presença de técnicos da assistência social nos bairros populares do município promovendo o surgimento de organizações baseadas na técnica de desenvolvimento de comunidade como as SABs e posteriormente a UCES. Dessa forma, destacamos a importância deste trabalho, cujas contribuições são relevantes aos estudos acadêmicos, além de possibilitar a compreensão da história da atuação do Serviço Social junto aos movimentos sociais e de forma específica ao movimento comunitário na perspectiva de contribuir para a organização dos seus habitantes.

Palavras-chave: Movimento Comunitário; Sociedade de Amigos de Bairros - SABs; Serviço Social; União Campinense de Entidades Sociais - UCES.

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. E-mail: lieliapb@hotmail.com.

1. Introdução

Esta proposta origina-se da nossa experiência e engajamento no movimento social urbano de caráter comunitário que nos conduziu a refletir sobre a “origem” deste movimento na cidade de Campina Grande.

Desta forma, achamos pertinente destacar o movimento comunitário visto sua importância para as lutas da luta social empreendida no cenário da cidade. Ainda, pelo fato de ser um movimento que surge da experiência de assessoramento do Serviço Social a partir da Faculdade de Serviço Social como resultado da atuação e envolvimento de Assistentes Sociais em áreas de risco social nas comunidades da cidade.

Para refletir sobre este tema escolhemos como balizas teóricas o trabalho de Yamamoto e Carvalho (2009) por considerá-lo indispensável para se pensar o processo histórico e metodológico do Serviço Social; Souza (1996), por entender que suas análises sobre o movimento comunitário em Campina Grande são valiosas para este trabalho; Vieira (1968), Melo (2002), Freitas (2010), Souza (2002), Sousa (2006) entre outros por considerá-los pertinentes às proposições ensejadas em nosso artigo.

Metodologicamente contemplamos a análise documental e bibliográfica sobre o tema como forma de subsidiar a nossa escrita.

Nesse sentido, compreendemos que, este artigo contribuirá para o conhecimento das raízes deste movimento comunitário e da história do curso de Serviço Social pelo viés da assessoria à organização comunitária de cunho reivindicativo. Trata-se de estudar um movimento social de grande representatividade para o contexto local, já que congrega no seu entorno as SABs, conhecidas como representantes dos bairros, de seus moradores, de seus dilemas e problemas.

Ao optarmos por analisar a relação entre Serviço Social e movimento comunitário, pretendíamos entender as contribuições oferecidas para a organicidade dos moradores que passam a criar um espaço comunitário de revalorização do seu lugar, de suas práticas, representando tais objetivos em suas atuações diárias, na busca por melhores condições para o espaço local.

Desde fins da década de 1950 e começo da década de 1960, o movimento comunitário passa a surgir no cenário do município de Campina Grande, tendo como representante maior a União Campinense das Equipes Sociais (UCES), que durante 49

anos tem desenvolvido uma prática de acompanhamento às comunidades onde coordena atividades junto as organizações representativas, as Sociedades de Amigos de Bairros-SABs, tendo por finalidade discutir questões relativas à cultura, esportes e lazer, assuntos jurídicos, de meio ambiente, juventude e patrimônio.

É necessário salientarmos que num momento de necessidade de uma organização da comunidade, surgem as Sociedades de Amigos de Bairros. Em 1958 foi criado o Conselho Comunitário através do trabalho da Irmã religiosa, diretora e professora da Faculdade de Serviço Social, Ângela Beleza. A professora assessorava a população campinense nos bairros da periferia da cidade onde realizava assistência social e a partir das necessidades sociais evidenciadas pela sua observação conseguiu reunir moradores para realizar um acompanhamento criando assim o conselho comunitário, o primeiro foi realizado no bairro de José Pinheiro. Estes encontros tinham por objetivo reunir a população local para cobrar da administração municipal soluções para os problemas do bairro, como podemos observar em Souza (1996).

Esta é uma experiência que deu certo e se expandiu por outros bairros da cidade. A partir daí surgiram associações de moradores com o nome de SABs. Como órgão articulador das SABs, em 1964, surge a União Campinense das Equipes Sociais (UCES), com uma participação política em prol das comunidades.

Neste caso, a UCES, ao incorporar uma série de pontos relativos à educação, saúde, moradia, lazer e entretenimento, questões de foro urbanístico, possibilita que tais instituições ou organizações levem ao poder central local, as necessidades mais proeminentes de seu povo. Deste modo, a UCES defende tais perspectivas desde a sua fundação, na condição de porta-voz social das comunidades e entidades a ela associadas.

Assim, os associados, nestas organizações, procuram resolver os problemas políticos estruturais dos bairros em que moram e da própria cidade. Registrar a história dos que fazem a cidade de uma maneira geral é reconhecer e dar voz àqueles que constroem diariamente à história local.

2. Institucionalidade da assistência social: criação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande

No cenário de desenvolvimento de ações sociais no século XX na cidade de Campina Grande, evidenciamos a participação fecunda da Igreja Católica como

fomentadora de iniciativas de assistência aos carentes como princípio constitutivo dos seus dogmas cristãos bem como, de uma prática secular da igreja onde a caridade torna-se princípio importante dentro do percurso histórico da igreja como forma de externalizar a “fé em Cristo”.

A presença da pobreza e da mendicância em Campina Grande teve expressões importantes e incomodou em grande parte a elite e os homens de letra da cidade. Nesses termos a iniciativa e ou promoção de mecanismos de intervenção nessa realidade encontram sustentação e financiamento da elite cidadina, dos letrados e do governo que pressionando por essas duas forças toma algumas posições na busca por soluções tendo a Igreja Católica como parceira e promotora das ações para “contenção” da realidade social em que se encontrava a população pobre ou paupérrima da cidade, pautada, portanto, do seu princípio caritativo.

Com a problemática da miséria que assolava a realidade não só campinense, mas de todo o Brasil (salvo as particularidades de cada recôndito do país), a sociedade campinense conclama a resolução de ações nos sentido de retirar do centro da cidade esta imagem de pobreza se baseando em idéias higienistas e de embelezamento social associada com as tramas do progresso e desenvolvimento de Campina Grande, esta idéia era reivindicada e referenciada pela elite intelectual e econômica da cidade. (SOUSA, 2006 e ARAÚJO, 2010)

Desta maneira, alguns centros de caridade foram sendo criados e em grande parte administrados pela Igreja Católica ou pelas damas de caridade pertencentes à elite local. Torna-se importante destacar que a prática da caridade exercida como fruto da bondade humana para com os necessitados como pregava a Igreja Católica foi se desenvolvendo e se desprendendo do berço religioso do decorrer do século XX. O fato foi decorrente da acentuação da questão social vivida pelos trabalhadores no sistema capitalista onde o aumento considerável da pobreza e carência social foi se alastrando por toda a realidade não só brasileira, mas no plano mundial.

O Estado mediante tamanho problema busca soluções visto o número crescente de manifestações, principalmente ou inicialmente do mundo operário onde as condições sociais de trabalho e de sobrevivência eram de extrema precariedade. Aliada a essa realidade, temos o grande índice populacional que não se encontrava encaixado no mundo do trabalho vivendo assim, em estado de extrema pobreza, principalmente evidenciado em centros urbanos que estavam em crescimento.

No caso de Campina Grande sua trajetória histórica aponta os pressupostos de lugar privilegiado geograficamente onde funcionou e funciona como ponto de passagem para todo o território do estado. Esse é um dos diversos pressupostos que levaram a Campina Grande receber um numeroso contingente populacional durante sua história e principalmente em épocas de desenvolvimento econômico como o “ouro branco” (algodão).

Assim sendo, Campina Grande partilha das tensões sociais recorrentes ao cenário nacional com relação ao processo de tratamento assistencial aos carentes da cidade. Nesse sentido, torna-se pertinente apresentar o processo inicial de institucionalização de uma prática assistencial técnica na cidade fruto do desenvolvimento da questão social na cidade e das políticas de enfrentamentos de tal realidade.

Para nós, este ponto torna-se relevante mediante a importância da institucionalização da assistência social feita através da Faculdade de Serviço Social para a criação e desenvolvimentos do Movimento Comunitário em Campina Grande principalmente, na assessoria prestada pelo Serviço Social aos moradores nos bairros considerados de grandes problemas sociais, com altos índices de pobreza necessitando, portanto, de um “ajustamento” social a realidade da época.

É interessante enfatizar, portanto, que as fontes nos levam a crê que o Serviço Social através de sua concepção da prática interventiva incita os moradores à organização em sociedade, principalmente no que se refere às Sociedades de Amigos de Bairro, experiência organizativa já presente em outras realidades no Brasil.

Assim, imbuídos desse pressuposto pretendemos demonstrar o processo organizativo e institucional do Serviço Social como forma de compreender sua atuação filosófica e técnica no tratamento da questão social e de forma especial sua atuação na criação de Sociedades de Amigos de Bairro em Campina Grande bem como, a União Campinense das Equipes Sociais (UCES), órgão articulador e coordenador das SABs no município.

Inicialmente, antes de nos determos a questão específica da assistência social na cidade, vamos analisar as condições históricas que permitiram a tecnicidade desta prática até então tida como eminentemente caritativa para o início da institucionalização técnica profissional se enquadrando, portanto, como uma profissão especializada dentro da divisão do trabalho.

As condições históricas, presentes no século XX evidenciam o desenvolvimento do capitalismo e por consequência a expansão da técnica industrial com novos equipamentos modernos bem como a absorção da mão de obra barata e ao mesmo tempo a produção de um “exército de reserva”, ou seja, um grande contingente de mão de obra em grande proporção desqualificada, trazendo a tona o cenário da cidade como receptora de um elevado número populacional que migrava do interior rural a procura de uma melhor possibilidade de sobrevivência.

No Brasil, o século XX, aponta as primeiras mudanças advindas do processo capitalista em curso, porém, desde fins do século XIX, com a mudança da nomenclatura política do Império para República, o traço desse novo momento histórico estava sendo delineado nas práticas políticas, econômicas e sociais da época do capital. Certamente as mudanças não ocorreram de maneira mágica, mas de maneira contextual onde a briga dos valores, costumes e práticas ditas antigas ainda permaneciam de forma a caracterizar as mudanças ao molde brasileiro e específico de cada realidade dos recônditos do país.

Porém, de maneira geral pode-se caracterizar alguns aspectos que sobressaiam a análise geral dos acontecimentos históricos da época como forma de apresentar um panorama da realidade e tensões provocadas pelo impacto da mudança.

A primeira metade do século XX, as expressões dos problemas sociais se tornaram cada vez mais graves, visto o processo organizativo dos trabalhadores no enfrentamento das tensões com seus empregadores e o Estado enquanto órgão mediador das relações em sociedade. Nesse momento a acumulação da miséria e o crescente quadro de pobreza assolam o Brasil e a política agrária estava perdendo espaço para o processo capitalista urbano onde a cidade seria o grande palco das novas relações econômicas, políticas e sociais.

A “Revolução” de 1930 promove uma alteração política importante no tratamento das questões sociais no Brasil. O que anteriormente se verificava a resolução das tensões como um caso de polícia, ou seja, a repressão social era constante e presente. Após 1930 o país passaria com Vargas a obter um tratamento político em resposta às demandas sociais, para além da prática caritativa religiosa e da própria repressão (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009).

A primeira resposta foi reafirmar uma reaproximação religiosa com a Igreja Católica com seu poder religioso de persuasão e promover a qualificação do seu trabalho caritativo, transformando em uma especialização técnica a serviço do “bem

social” de recondução dos indivíduos as normas sociais, tendo por base teórica o funcionalismo, que procura explicar aspectos da sociedade em termos de funções realizadas por instituições e suas consequências para sociedade como um todo. É uma corrente sociológica que tem como expoente à obra de Émile Durkheim. Para ele cada instituição exerce uma função específica na sociedade e seu mau funcionamento significa um desregramento da própria sociedade. Sua interpretação de sociedade está diretamente relacionada ao estudo do fato social. Assim, a assistência prestada pela Igreja ganharia um foro de institucionalidade e tutela compartilhada entre o Estado e a Igreja Católica. O primeiro tentava resolver as tensões sociais pela via da mediação assistencial e a Igreja Católica recomporia seu poder perante o Estado e sob a sociedade, lançando seus ensinamentos religiosos e sua Doutrina, pois nesse momento, a Igreja passava por modificações em sua estrutura filosófica onde as duas alas, os progressistas e os reformadores se divergiam. Ainda a Igreja encontrava-se sob domínios da *Rerum Novarum* que definia o tratamento para com os trabalhadores, ou melhor, o operariado. A constituição de 1934 demonstra uma reaproximação entre Estado e Religião, é nesse momento que o ensino religioso torna-se obrigatório nas escolas públicas bem como o reconhecimento do catolicismo como religião oficial do país.

A busca pela harmonia no cenário social levou o Estado a se aproximar da Igreja Católica em um período de reformas e mudanças políticas no Brasil, onde o reconhecimento dos problemas sociais exige do governo uma política específica voltada para sua resolução. É em 1930 que começa a se criar escolas de Serviço Social (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009), constituindo-se um espaço de formação técnica de pessoal habilitado para o tratamento das tensões sociais onde décadas a frente constitui-se-rá processo de profissionalização e institucionalização do Serviço Social pertencendo à divisão técnica do trabalho.

Outro agente que merece destaque nesse cenário de instituições assistencialistas é a criação do sistema “S” na década de 1940, ou seja, o Serviço Social do Comércio - SESC; o Serviço Social da Indústria – SESI entre outros, que de maneira geral objetivava auxiliar as famílias inseridas no comércio e na indústria, promovendo aos filhos dos trabalhadores qualificação profissional para seguirem uma profissão, que por vezes, era a mesma de seus pais. Essas instituições mantidas por organizações privadas não tem fim lucrativo, porém o lucro se estabelece de outra maneira, o retorno de uma mão de obra qualificada e a satisfação dos trabalhadores incluídos dentro desse sistema que assim, trabalhavam com uma maior satisfação.

Na Paraíba, escolas de Serviço Social surgiram a partir da década de 1950 sendo em 1952 implantadas em João Pessoa Capital do estado e em 1957 em Campina Grande, no interior que era uma das mais importantes cidades na época por seu desempenho e reconhecimento econômico não só no estado mais regional, nacional e internacional, portanto, reconhecida e referendada pela elite local e demais autoridades intelectuais. (ANDRADE, 2008, p. 88)

Tal fato rendeu a Campina Grande referências como à de “Liverpool Brasileira”, na época do algodão, “Rainha da Borborema” e “Capital do Trabalho”, essas últimas relacionadas a seu desempenho econômico principalmente devido à sua importância no comércio algodoeiro. (ARANHA, 1993)

Os condicionantes que proporcionaram a Campina Grande obter uma escola de Serviço Social também se insere no contexto de desenvolvimento político e econômico como a necessidade de mediação política e social das instâncias governamentais no que se refere a questão dos problemas sociais vivenciados pela população campinense, de forma especial, sentida pelos trabalhadores e populares que viviam em condições de pobreza e por vezes estavam a margem do gozo proporcionado pelo poder econômico e prestígio social.

É bem verdade que o olhar do poder público se centrava sobremaneira sobre o centro da cidade como forma de embelezar e tornar a cidade digna de um desenvolvimento e de sua elite, sustentáculo de tamanho empreendimento político, econômico e social.

As diferenciações no tocante às condições de vida, trabalho e sobrevivência dos moradores do centro em relação aos moradores dos ditos “subúrbios” foi real e notória como apontam alguns trabalhos de historiadores paraibanos, como podemos destacar os estudos de Eliete Queiroz Gurjão (1999) ao analisar de forma sistemática o bairro de José Pinheiro, Fábio Gutemberg Ramos de Sousa (2006) ao se debruçar em seu doutoramento procurando compreender a vida de algumas categorias profissionais trilhado assim, os caminhos da cidade, desta forma indicando alguns lugares ocupados pelos populares a margem do centro. Outro trabalho não menos importante que destaco é a tese de Antonio Clarindo Bezerra de Souza (2002), que percorre as maneiras de lazer e divertimento dos populares em Campina Grande demonstrando valores do cotidiano em suas formas de sobrevivência na cidade.

Na década de 1950, Campina Grande destacava-se por seu dinamismo econômico e vivenciava o impulso industrial em ascensão se colocando a frente da

Capital do Estado, João Pessoa. Tal realidade nos indica que o número de trabalhadores inclusos nas indústrias era um número que crescia mediante a instalação de indústrias na cidade e, por conseguinte a perspectiva da população dos arredores de Campina Grande alimentava a imaginação ou consideravam que em Campina se viveria melhor, levando em consideração a maior oportunidade de trabalho. O fato é que a cidade crescia quantitativamente e o município não estava preparado para abarcar o contingente populacional que só fazia crescer.

A falta de planejamento, por parte do governo municipal se evidencia mediante os bairros que vão crescendo sem um acompanhamento sistemático do governo municipal, que só a partir de 1960 é que começa a estabelecer um corpo técnico com urbanistas e engenheiros preocupados com o Plano Diretor da Cidade (FREIRE, 2010).

Desta forma, o crescimento desordenado da cidade, a sua posição política e econômica conclamava a necessidade de construir um projeto que desse respostas a população que estava inserida em uma problemática social ou melhor, a proposta desenvolvimentista a qual Campina estava inserida exigia resolutividade por parte do governo municipal das tensões presentes na sociedade campinense. (FREITAS, 2008)

É nesse quadro que o Serviço Social não se diferencia das demais realidades brasileira no tocante a sua implementação, mais uma vez a tutela da Igreja que já experimentava uma trajetória no campo da caridade vai ser parceira primeira na busca pelo “ajustamento social dos populares a ordem vigente” tendo por base o apelo religioso onde a Igreja Católica abraça a causa por sua afinidade e aproximação com a política local e seus representantes.

É desta forma que no ano de 1957 se institui a Faculdade de Serviço Social de caráter privado mantida pela Associação de São Vicente de Paula Província do Norte, tendo sede em fortaleza no Ceará que tem uma ordem religiosa sob sua tutela na cidade de Campina Grande. (ANDRADE, 2008)

Diante da realidade local fez necessária a implementação e desenvolvimento de áreas que desse respaldo ao processo em curso, sendo investidos recursos e esforços, por exemplo, no campo da educação. Destacamos o Serviço Social que formava profissionais que era praticamente constituído por mulheres e estas frequentemente eram “selecionadas” mediante sua “conduta moral”, ou seja, em grande parte eram moças de famílias renomadas e ditas de respeito social, excessivamente pertencia à elite local, outro fator também contribuía para este fato, a faculdade era particular sendo cobrada uma mensalidade e só quem tinha poder aquisitivo podia pagar os estudos.

Assim, estas profissionais eram preparadas para serem inseridas no mercado de trabalho agenciando o discurso religioso e do governo municipal, fazendo, portanto, mediações entre a população e o Estado.

Assim descreve Freitas (2008) sobre este momento:

Foi nesse contexto, que surgiu a idéia de criação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, por iniciativa de Edvaldo de Souza do Ó, diretor da Diretoria de Educação e Cultura do Município, de sua Secretária Luisa Erundina Carvalho, e das Irmãs de Caridade da Sociedade São Vicente de Paula, através de sua superiora, Irmã Elizabete Porto. É importante ressaltar que esta congregação apresentava larga experiência em assistência social no município [...].

No trecho acima percebemos a aproximação entre a Igreja Católica e Prefeitura Municipal de Campina Grande sob a representação de sua Diretoria de Educação e Cultura, demonstrando as afinidades de interesses na implantação da Faculdade de Serviço Social.

Para melhor entendermos os motivos e finalidades da criação desta faculdade podemos analisar de forma atenta a ata de criação da Faculdade de Serviço Social, documento que registra este feito e contem expressa a finalidade primeira a que se destinam os propósitos à época sistematizados. Vejamos o texto a seguir:

Aos dezesseis (16) dias do mês de julho de mil novecentos e cinquenta e sete (1957), no salão nobre do Dispensário São Vicente de Paulo, às 14 hs. Com a presença da Revda. Irmã Porto, do Dr. Edvaldo Sousa do Ó, Diretor da Diretoria de Educação do Município e da Srta. Luisa Erundina Carvalho, realizou-se a sessão para a criação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, que será propriedade da Associação de São Vicente de Paulo – Província do Norte. Com base na Doutrina Social da Igreja, são as seguintes as finalidades da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande: a) promover a formação do pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social em qualquer de seus campos; b) aperfeiçoar e propagar os conhecimentos e técnicas relativos as Serviço Social; c) contribuir para criar ambiente esclarecido que proporcione a solução adequada dos problemas sociais. Nesta mesma reunião foram propostos os nomes de alguns professores: Dr. José Lopes de Andrade - para a cadeira de “Sociologia”, Dr. Manoel Figueiro – para a cadeira de noções de Direito e “Legislação”, Pe. Francisco mais – para a cadeira de “Psicologia”, Dr. Bonald Filho – para a cadeira de “Higiene e medicina social”. Para as outras cadeiras a Associação de São Vicente de Paulo se encarregará de prover os respectivos professores. A Faculdade de Serviço Social de Campina

Grande, moldada nos ideais cristãos de cultura, se propõe a preparar trabalhadores sociais que possam atuar positivamente na estruturação de uma ordem social mais humana, oferecendo ao homens meios para um melhor desenvolvimento de sua personalidade. A Faculdade de Serviço Social de Campina Grande deverá funcionar, tão logo seja oficializada pelo governo federal. Ficou a cargo da Irmã Porto o trabalho de preparação e encaminhamento do processo de autorização para funcionamento da mesma Faculdade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual lavrei a presente ata. Campina Grande, 16 de julho de 1957. Luisa Erundina Carvalho. (grifos nossos, Livro de Atas da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, 16/07/1957, p.1)

Como afirma o presente documento, o primeiro destaque apresenta uma das finalidades da criação desse curso que é proporcionar a criação de “ambientes esclarecidos” que por ventura estejam aptos a contribuir para a resolução dos problemas sociais. Nesse trecho podemos analisar o seu caráter interventivo, característica desta profissão onde na época tinha como técnica o estudo de caso e que no início da década de 1960 começa a alargar sua técnica de estudo de grupo e comunidade, ou seja, as experiências nas comunidades proporcionaram uma reflexão da técnica empreendida na atuação profissional desses agentes sociais. Contudo, a necessidade de prática profissional do curso em destaque associada à necessidade de uma mediação das comunidades tidas periféricas com a prefeitura da cidade de Campina Grande, foram sendo transformadas em campo de estágio e atuação de assistentes sociais em formação.

Nesse sentido, o trabalho das estagiárias estavam pautadas no acompanhamento técnico às comunidades empreendendo as suas técnicas e promovendo o contato entre os habitantes e seus problemas mais fecundos chegando a denominar a sua área de atuação como área problema, ou seja, a atuação do serviço social é eminentemente em áreas de risco social acentuado, logo na década de 1950 e 1960 a grande área de destaque dessa questão era o então bairro de José Pinheiro considerado área rural da cidade em vias de transformação, visto o seu desenvolvimento econômico, social e cultural. (GURJÃO, 1999)

O segundo aspecto nos indica que a aproximação com os ideais cristãos são fecundos onde a marca secular da Igreja Católica se apresenta de forma a nortear a ação deste curso e sua estrutura curricular e filosófica.

Importante destacar que grande parte da aproximação com as comunidades onde estagiárias do Serviço Social atuaram, a Igreja era o grande apoio e parceira na condução das pesquisas e na orientação para mobilizar a população nos bairros.

As organizações nascidas sobre a tutela do Serviço Social prestado pela Faculdade de Serviço Social não foram formadas despreziosamente e de maneira advinda eminentemente de uma experiência das comunidades ou bairros da cidade, mas foram inspiradas em experiências existentes em outras realidades não só no Brasil, mas em países latino americanos. Logo o modelo, por exemplo, de Sociedades de Amigos de Bairro foi importado para a cidade de Campina Grande através do trabalho do Serviço Social nas primeiras comunidades em que estas atuaram.

A Faculdade de Serviço Social tem sua fundação em 08 de outubro de 1957 e só obtêm seu funcionamento oficial em 05 de dezembro de 1959 onde tem a permissão para início de seus trabalhos em definitivo, como aponta o documento abaixo:

Aos (5) cinco dias do mês de dezembro de mil novecentos e cinquenta e nove (1959), no auditório da Associação Comercial de Campina Grande, as 20,00 hs., realizou-se a sessão solene de Instalação Oficial da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande. Estiveram presentes ao ato o Sr. Bispo Diocesano - D. Otávio Aguiar, o Sr. Prefeito municipal – Severino Bezerra de Cabral, o Dr. Orlando Azevedo – conferencista, o Sr. Diretor de Educação do município – Dr. Amir Gaudêncio, o Delegado do Ensino – Prof. Cleodon Urbano, o sociólogo Lopes de Andrade, além de outras autoridades e pessoas representativas da comunidade de Campina Grande. A solenidade foi presidida pelo Sr. Bispo Diocesano que, inicialmente, salientou a contribuição a ser dada a Paraíba pela Faculdade de Serviço Social, na formação de uma mentalidade nova e elevação intelectual do meio.[...] Continuando, disse ‘a nova Faculdade vem somar-se às duas já existentes, revelando-se, assim, o interesse de Campina Grande, não só pelo progresso material, mas também seu desenvolvimento no campo das ciências e das letras.’ Prosseguindo, referiu-se a contribuição da Igreja neste aspecto, ‘com a contribuição da Faculdade Católica de Filosofia, e agora, com a Faculdade de Serviço Social, iniciativa da congregação das Irmãs de Caridade, com as bênção, o aplauso da Diocese. As Irmãs tornam-se credoras de mais um beneficio a ser reconhecido pela Cidade.’ Concluindo, parabenizou os jovens que cursarão a nova Faculdade para a qual desejou não faltar as bênçãos do céu e, pela qual, disse, já antever-se uma nova fase de progresso para a cidade. (Livro de Atas da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, 05/12/1959, p. 3-4)

A presença do caráter religioso católico é explícito, demonstrando a tutela religiosa e, de certa maneira, a participação ou vínculo do Estado como co-autor do processo reconhecendo a importância deste trabalho e conhecimento técnico para a vivência em sociedade. Desta maneira, o reconhecimento oficial da assistência como uma área relevante dentro do plano de governo da máquina Estatal e sobremaneira a cooperação das instâncias que tratam desta questão como parte importante no processo de institucionalização profissional e ao mesmo tempo na viabilização e inclusão da assistência social como política de governo decorrente do sistema político, econômico e social da sociedade brasileira e de forma particular, de Campina Grande inserida, portanto, no processo de desenvolvimento econômico, político e social.

Para coordenar as atividades da Faculdade de Serviço Social foi escolhida em reunião da diretoria da Associação de São Vicente de Paulo o nome da diretora da Faculdade em questão, como podemos analisar no texto a seguir:

Aos 21 dias do mês de novembro de mil novecentos e cinquenta e nove, às (10) horas, em sua sede provisória – Colégio da Imaculada Conceição, cito a praça Figueira de Melo, Fortaleza – Ceará, reuniu-se em sessão extraordinária, a diretora da Associação de São Vicente de Paulo, sob a presidência da Revda. Irmã Hélène Daney de Marillac. [...] Em seguida a Irmã presidente indicou o nome de Irmã Maria Dulce de Moura Beleza, assistente social, para diretora, em Campina Grande, visto ter sido oficializada pelo decreto nº 47.245 de 16 de novembro do corrente ano. (Livro de atas da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, 21/ 11/ 1959, p: 1)

A escolha da diretora Irmã Ângela Beleza marcou em definitivo a história desta faculdade como por extensão a história de inúmeros habitantes deste município que tiveram a oportunidade de compartilhar alguns momentos de trabalho desta religiosa nos bairros de Campina Grande.

A Faculdade de Serviço Social no ano de 1962 passa a receber uma verba do governo Federal para realização de obras e manutenção da instituição como afirma a matéria veiculada no Diário da Borborema no ano de 1961. Vejamos:

Vultoso auxílio foi incluído no Orçamento Federal para ...1962, destinado a Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, mantida pelas Irmãs de São Vicente de Paulo. [...] De acordo com os telegramas a Irmã Ângela, diretora daquela Escola Superior, acaba de receber do deputado Plínio Lemos, a Faculdade de Serviço Social de Campina Grande terá, em 1962,

o auxílio de 3 milhões de cruzeiros para sua manutenção e obras. (Diário da Borborema. Faculdade de Serviço Social: vultoso auxílio incluído no Orçamento Federal. 05 de outubro de 1961)

A sua atuação se dava através dos campos de estágios de assistentes sociais junto a algumas comunidades carentes onde a Faculdade de Serviço Social sob a direção desta Irmã desenvolveu trabalhos junto aos populares bem como promoveram algumas formas de associativismo como, por exemplo, as Sociedades de Amigos de Bairro – SABs; a União Campinense da Equipes Sociais – UCES e os Clubes de Mães. (OLIVEIRA, 2008)

3. A Faculdade de Serviço Social e a organização comunitária

A necessidade de campo de estágios para alunos da Faculdade de Serviço Social e a grande demanda de assistência social existente nos bairros a margem do centro da cidade leva a Diretora da Faculdade abrir campos de estágios em comunidades ditas carentes. As atividades desenvolvidas tinham caráter de diagnóstico da realidade do campo de estágio em suas técnicas de estudo de caso, primeiramente e posteriormente em inícios da década de 1960 o acentuado desenvolvimento de técnicas renovadas como o estudo de grupo e de comunidade. Essas técnicas conduziram pesquisas e relatórios de estágio que procuravam indicar uma possível prática interventiva junto à comunidade

Os primeiros trabalhos desenvolvidos pela assistência social são relatados a partir do final da década de 1950 se expandindo na década de 1960 quando os trabalhos se disseminam por vários bairros da cidade.

Desta forma, a área que na época traduzia toda a necessidade de acompanhamento do Serviço Social conforme suas prerrogativas era a que chamamos de zona leste, o que compreende os bairros de José Pinheiro e Monte Castelo que se destacavam por inúmeros problemas sociais. Esses bairros eram considerados localizados na zona rural de Campina Grande vindo a se desenvolverem na segunda metade do século XIX, mediante as transformações e necessidades de desenvolvimento que o município aspirava.

Os primeiros contatos com os campos de estágios revelaram uma área carente com índices de precariedade no desenvolvimento humano, social e econômico dos seus moradores. Os aspectos de suas análises se pautavam na busca por índices que as

enquadrassem em uma área de risco social, ou seja, uma “área problema” como assim ficou conhecida a região. Geralmente procuravam identificar os índices de natalidade e mortalidade infantil, analfabetismo, falta de habitação profissional, “promiscuidade”, idosos abandonados, campos de lixo, problemas de habitação, saneamento, esgoto, saúde e demais aspectos que compreende a qualidade da vida de um bairro.

Com este propósito que as comunidades escolhidas para realização do trabalho assistencial foram pilotos para formação de assistentes sociais bem como para a formação da própria comunidade onde os trabalhos interventivos nas diversas áreas da comunidade e em especial na formação de grupos para a partilha de experiências e lutas em favor de boas condições de vida.

José Pinheiro e Monte Castelo são bairros importantes para a compreensão da organização popular em Sociedades de amigos de Bairros, pois foi a partir dessas experiências comunitárias que se desenvolveu um movimento social urbano na cidade e que serviu de referencia para os demais bairros em expansão.

Desta maneira, optamos por analisar suas tensões preliminares e seus condicionantes sociais, elementos, portanto, primordiais na efetivação do Movimento Comunitário em Campina Grande. Sendo assim, compreender a trajetória social desses bairros em seus conflitos estruturantes nos possibilita a aproximação com a “origem” deste movimento social no território da cidade de Campina Grande.

Torna-se necessário frisar que o bairro de José Pinheiro é um dos mais antigos e tem início como parte da zona rural da cidade, o que nos leva a crer que Monte Castelo em seu início era uma extensão de José Pinheiro, e que com o passar do tempo transformou-se em um bairro independente.

Os seus moradores são em sua maioria assalariados, desempregados, biscateiros, comerciantes, costureiras, floristas, oleiros, pequenos jornaleiros, motoristas, tipógrafos, músicos, escriturários, jogadores, mecânicos, marceneiros, pintores, pedreiros, alfaiates, barbeiros, professores, sapateiros, engraxates, enfermeiras, parteiras, assistentes sociais, bacharéis em letras, marchantes. Os quais em sua maioria necessitam, por muitas vezes se locomoverem até o centro da cidade para exercer sua profissão, alguns desenvolviam suas habilidades profissionais em seu próprio bairro (VIEIRA, 1968).

A moradia de inúmeros habitantes era em condições precárias constituída em sua maioria de cortiços sem grandes condições de digna sobrevivência.

4. A assistência social e a formação de organizações sociais nos bairros

Com as constantes mudanças no cenário urbano a população carente presente nos bairros periféricos começa a realizar cobrança com relação ao direito à cidade. É diante dessa problemática que uma forma específica de movimento social surge como forma de trabalhar em prol das resoluções desses problemas que afetam a coletividade e de forma especial os que estão em áreas periféricas da cidade que, em grande medida, não possuíam grandes estruturas para edificar um lar com dignidade respeitando, sobretudo, à vida.

Os índices de mazelas sociais no caso de Campina Grande subsidiavam a presença dos profissionais da Assistência Social que prestavam um serviço de acompanhamento das comunidades com grande índice de problemas sociais e que possuíam elevado contingente de trabalhadores. É a partir da assessoria prestada pela Faculdade de Serviço Social que surge o Movimento Comunitário, tendo como característica inicial o aspecto reivindicatório e as cobranças de melhorias de infra-estrutura eram seu carro chefe. Sobre a importância da criação do curso de Serviço Social podemos ver através da sua ata de fundação:

Com base na Doutrina Social da Igreja, são as seguintes as finalidades da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande: a) promover a formação do pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social em qualquer de seus campos; b) aperfeiçoar e propagar os conhecimentos e técnicas relativos ao Serviço Social; c) contribuir para criar ambiente esclarecido que proporcione a solução adequada dos problemas sociais (Ata da criação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, 16/07/1957).

A criação ocorreu diante das questões sociais postas pelo processo econômico e social vivido por Campina Grande desde o início do século XIX e o governo que pressionado pela elite se propõe em realizar ações para solucionar as tensões provocadas pelo crescimento da questão social na cidade. Desta maneira, a Faculdade só ganha foro judicial com o decreto de nº.47.245, de novembro de 1959 onde só em março de 1960 começa suas atividades.

Em Campina Grande a população, em grande medida, era operária. O início das primeiras manifestações do movimento operário foi na década de 1920 no Rio de

Janeiro em fins do século XIX e XX, que liderou a industrialização e posteriormente é superada por São Paulo na década de 1920.

O movimento comunitário tem indicativo de sua presença a partir da década de 1930 em São Paulo, influenciado por europeus que vieram para o Brasil com idéias socialistas e pautado na história europeia de conquista de direitos. A primeira organização registrada foi a Sociedade de Amigos da Cidade – SAC – que teve papel na reivindicação de construção de um metrô, abertura de avenidas e coisas dessa envergadura, sendo, portanto, uma atividade de melhoria social dos bens coletivos. Juridicamente esta organização é de 1936, tendo como objetivo participar do plano político da cidade em sua atuação nos bens sociais da coletividade como no movimento emancipatório da capital paulista (SOUZA, 1996).

De maneira geral, esta experiência durante os anos foi se alastrando por vários estados no Brasil como forma de fomentar esperanças de atuação e mudança da qualidade de vida dos habitantes das cidades.

Na Paraíba, e de forma especial na cidade de Campina Grande, o movimento comunitário chegou com características específicas na década de 1950, sob a orientação do Serviço Social prestado pela Irmã religiosa Ângela Beleza, que foi uma das que fundaram o curso de Serviço Social que em um determinado contexto passa a ser incorporada pela Universidade Regional do Nordeste (URNE).

A atuação da Irmã Ângela Beleza junto à população, trabalhando os princípios básicos de cidadania e dignidade fomentou entre seus atendidos nos bairros campinense em construção um despertar para a preocupação com a qualidade de vida, bem como com a coletividade conforme aponta Souza (1996).

Nesse sentido, os primeiros indícios desses movimentos foram reuniões em prol da solução de problemas junto ao poder político local e posteriormente uma formação de uma espécie de conselho comunitário como forma de congregar pessoas que queriam discutir e solucionar problemas que afetavam suas vidas em sociedade e de forma especial os que mais incomodavam de forma coletiva na espacialidade de suas habitações como, por exemplo, o bairro de José Pinheiro, onde a presença popular evidenciava inúmeros problemas estruturais.

De acordo com Mayol (2008), o bairro traz consigo inúmeras possibilidades de tramas sociais que põem em evidência a dicotomia entre o público e o privado, externalizando as contradições mais proeminentes de seus habitantes. Desta forma, ele diz que:

Um bairro, poder-se-ia dizer, é assim uma ampliação do habitáculo; para o usuário, ele se resume à soma das trajetórias inauguradas a partir do seu local de habitação. Não é propriamente uma superfície urbana transparente para todos ou estatisticamente mensurável, mas antes a possibilidade oferecida a cada um de inscrever na cidade um sem-número de trajetórias cujo núcleo irredutível continua sendo sempre a esfera do privado (MAYOL, 2008, p 42).

Conforme destacado acima, os sujeitos que compõem o bairro são em primeiro momento movidos pelos desejos particulares de suas residências, ou seja, o princípio do privado, onde a partir das necessidades individuais externalizado no bloco da coletividade ganha uma nova conotação, a noção do público, do coletivo, da experiência vivida pelas particularidades mergulhadas e ou expressas na coletividade

Assim, o bairro é esse entrecruzamento diário dos dois pólos, o público e o privado. Um de domínio da coletividade e ou administrativamente em nome do coletivo e o outro sob domínio dos sujeitos residenciais que convivem e formam a cidade e suas divisões espaciais. As experiências de sociabilidade e compartilhamento de problemas e do próprio cotidiano proporcionam momentos de integração e associativismo com idéias inovadoras para solucionar possíveis problemas, bem como promover uma maior integração ou intimidade cotidiana dos seus moradores.

Desta maneira, podemos aplicar esta acepção aos bairros campinenses, com suas tramas sociais e uma dinâmica cotidiana eminentemente particular, variando de localidade para localidade, mas que se aproximam para solucionar os problemas comuns e se articulam em rede para propor estratégias de superação das adversidades.

A partir dessas experiências nos bairros é que foram criadas as primeiras associações de moradores, como a do José Pinheiro, localizada na zona leste de Campina Grande, em 1962, onde o contingente populacional na época era de quase 20 mil habitantes. Outra associação bastante importante na época foi a de Monte Castelo, bairro vizinho ao de José Pinheiro, datada sua criação do ano de 1963, com a denominação de União dos amigos do bairro de Monte Castelo. Melo (2002), em relação a estes equipamentos sociais enfatiza que:

No ano de 1962, com o incentivo da Igreja Católica e da Faculdade de Serviço Social, um grupo de moradores do bairro de Jose Pinheiro se reuniu para formar uma Sociedade de Amigos de bairro SAB. O bairros do José Pinheiro serviu como exemplo e estímulo para que os demais bairros de Campina Grande criassem também a sua entidade nesse gênero. Uma

associação de moradores se constitui numa entidade criada e dirigida por moradores de uma mesma localidade que, de forma livre, consciente e organizada decidem enfrentar os problemas comunitários existentes (MELO, 2002 p.4)

As associações também eram conhecidas como Equipes Sociais. Com o andamento dos trabalhos e êxito da atuação dos equipamentos sociais nos bairros e seu respaldo junto ao poder político local houve então a necessidade de criar uma entidade articuladora das equipes sociais dos bairros da cidade, sendo assim, em 02 de agosto de 1964, criou-se a União Campinense das Equipes Sociais, com a tarefa, de início, de articular as associações existentes e promover a troca de experiência e articular não só os problemas dos bairros específicos, mas de toda a cidade. Melo (2002, p.5) destaca ainda que:

A UCES foi criada e dirigida por pessoas comprometidas com o movimento comunitário e com as SABs. O movimento comunitário não tinha interesse político partidário. No entanto, esse movimento intermediava suas lutas através de uma ação política junto as poderes públicos para reivindicar em favor melhorias de toda a comunidade.

É um período bastante específico, visto que nesse mesmo ano instalava-se a ditadura militar no Brasil e foi um momento bastante tenso para as organizações sociais, uma vez que a atuação deste movimento tem como característica promover a integração social e é caracterizado como um movimento reivindicatório sendo, portanto, comedido nesse período de uma formação política específica, mas só a partir de 1970, com as novas redefinições políticas e sociais, é que este movimento ganha novas definições e atuações, bem como novos princípios norteadores.

No início de criação, as Sociedades de Amigos do Bairro tinham como objetivos coordenar esforços para estimular cooperações, acompanhar processo de desenvolvimento do bairro, bem como servir de elo entre os comunitários e os órgãos governamentais e provocar nos habitantes a consciência dos problemas do bairro.

A partir de tais necessidades de cunho social, as SABs vão se firmando como órgão representativo da comunidade, sendo um elo importante no acompanhamento das melhorias do bairro e conseqüentemente da dinâmica cotidiana dos moradores.

Para compreendermos o surgimento do trabalho comunitário em Campina Grande, se torna pertinente olhar para o lugar precursor das atividades sociais no

município: o bairro de José Pinheiro. De forma geral, convém destacar os aspectos sociais do bairro como forma de perceber as dificuldades de seus moradores e, assim, perceber alguns dos possíveis motivos da organização social em torno dos aspectos de incômodo do lugar onde residiam.

O acentuado ritmo de crescimento demográfico não foi acompanhado de infraestrutura necessária para acolher os habitantes ocasionando transtornos e um índice de má qualidade de vida e moradia. Sendo assim, o bairro crescia sem o acompanhamento técnico da prefeitura e assim iam sendo criadas residências sem uma observação em relação a projeção estrutural que uma comunidade necessita como, por exemplo, a preocupação espacial do tamanho das ruas, ocasionando ruelas, becos, cortiços, entre outros.

Durante o processo de ocupação e habitação dos moradores no bairro em 1966 se tinha 46 ruas de cunho projetadas e dentre essas 3 não possuíam os chamados cortiços ou “malocas”, como eram mais conhecidas. Isso denota o problema social que a população do bairro enfrentava, além do mais eram encontradas casas de taipas e grande maioria do bairro não dispunha de saneamento básico nem energia elétrica.

Nos aspectos religiosos o bairro apresenta grande marca da Igreja Católica, onde grande maioria dos moradores à frequentam. A presença e frequência de centros espíritas e de cartomantes também são fortes nesse local. Os bailes de forró são momentos indispensáveis aos moradores: aos sábados, domingos e feriados esse tipo de divertimento é indispensável à convivência comunitária dos moradores.

Do ponto de vista dos equipamentos sociais, podemos demarcar o surgimento a partir de uma interlocução entre a Faculdade de Serviço Social, que através de seus estagiários procuravam trabalhar com os moradores aspectos de convivência humana de superação das dificuldades sociais, bem como a mediação dos conflitos sociais. Sendo assim, no bairro de José Pinheiro surgiu primeiramente uma sociedade denominada sociedade de assistência Funerária – SAF- com a finalidade de ajudar as pessoas carentes que não tinham condições de fazer o velório.

Deste trabalho social que foi bem aceito na comunidade, pois tinha como finalidade beneficiar o bairro, este grupo decide abranger o trabalho tendo em vista a ajuda da assistência social das estagiárias de Serviço Social. Desta maneira, em 1962 é fundada a Sociedade de Amigos do Bairro de José Pinheiro, com finalidade de ajudar os moradores no enfrentamento dos problemas sociais existente na localidade.

As primeiras contribuições da SAB do José Pinheiro foi no aspecto de solicitar um depósito de coleta de lixo, realização de palestras com o objetivo de atenuar a mortalidade infantil, despertar a comunidade para necessidade de uma praça para o lazer, a limpeza de uma área demarcada pela precariedade higiênica reconhecida como “beco da lama”, uma campanha higienista no bairro, aquisição de um chafariz com a finalidade de suprir a necessidade de água, exposição cinematográfica, retirada de currais, exposição de telefones públicos, terraplenagem de algumas ruas, comemorações de dias festivos como natal comunitário, entre outras comemorações. (VIEIRA, 1968)

Com essas atividades, a SAB do José Pinheiro iniciou as atividades comunitárias no município, servindo de exemplo de organização na luta pela comunidade. Logo, o trabalho foi divulgado e outras SABs foram surgindo nos bairros da cidade. A União Campinense das Equipes Sociais (UCES), órgão articulador das Sociedades de Amigos do Bairro (SABs), exerceu papel de disseminador do Movimento Comunitário e recebeu a constante assessoria do Serviço Social nos anos iniciais de sua atividade na cidade.

5. Considerações finais

Ao chegar nesse momento sentimos um misto de sensações boas proporcionadas pelo encerramento desta etapa junto ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. A escolha do tema para a feitura deste artigo é oriunda de uma tentativa de compreensão da atuação e importância do Serviço Social para a cidade de Campina Grande a partir da organização popular, que neste caso se apresenta como movimento comunitário se definindo como Sociedades de Amigos de Bairro (SAB) e a União Campinense das Equipes Sociais (UCES).

Este artigo buscou evidenciar uma parcela significativa da história do Serviço Social na cidade de Campina Grande, especificamente mostrando sua contribuição para a sociedade, no que se refere às suas experiências organizativas no cenário da cidade. Considerando a relevância desse tema para a compreensão da história da atuação do Serviço Social no município, bem como para a memória das primeiras atuações e campos de estágio junto à população no processo de organização social e experiências coletivas, destacamos a relevância e o prazer de escrever sobre este tema.

Este trabalho se apresenta como uma possibilidade de análise feita a partir das fontes que chegaram até nós. A fonte de pesquisa foi uma série de documentos encontrados a partir de uma busca instigante dentro do curso de Serviço Social, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Encontramos monografias do curso da década aqui estudada que nos serviram como fonte, visto que sua estrutura se apresenta na forma de relatório resultado da prática desenvolvida no campo de Estágio Supervisionado. Encontramos, portanto, documentos como atas de fundação do curso de Serviço Social e relatórios de estágio nos bairros.

Consideramos esse trabalho uma contribuição à história do Curso de Serviço Social de Campina Grande, mesmo com as dificuldades existentes no percurso de realização do mesmo. Nossos anseios e experiências não cessam com a escrita deste artigo acadêmico, mas esta experiência nos instiga a buscar conhecer a atuação do Serviço Social na cidade nas décadas que se seguem a temporalidade aqui tratada.

Portanto, conhecer a história do Serviço Social em Campina Grande é conhecer a própria história local onde a compreensão sobre a questão social é possibilitada e desta forma, pode-se compreender como foi sendo consolidado o curso de Serviço Social e suas transformações teóricas e metodológicas.

Desta maneira, não podemos dizer que concluímos as possibilidades de análise sobre a temática, mas afirmamos que aqui se encontra um olhar sobre um problema científico e que este não ceifa as possibilidades de pesquisas sobre o movimento comunitário. Destacamos, contudo, que as considerações aqui tecidas são apenas possibilidades de análise e contribuições para inspirar outras questões a serem desveladas.

ABSTRACT

This article aims to analyze the contributions of the UEPB Course of Social Work for the emergence of Societies of Neighborhood Friends – SABs and Campinense Union of the Social Teams – UCES, in Campina Grande-PB. We bring in this article a trajectory of the Community movement in Campina Grande in the decade of 1950 – 1960 and their interphases with the historical context of the city in a special way with the School of Social Work (Course name at the time) demonstrating the links established by the urban social movement with a community character through organizations representing neighborhood. We work with bibliographical research and documentary character, marked by theoretical perspective of social theory with reference Iamamoto and Carvalho (2009) to consider the Social Service; Souza (1996) with his contributions on the community movement in the city; Vieira (1968) Melo (2002), Freitas (2010) among others with their work helped us build this article. The research is limited to the analysis of social issues and their impact on the city, as well as about the presence of technicians of the social assistance in neighborhoods of the city promoting the emergence of organizations based on the technical development of the community as SABs and later UCES. Thus, we emphasize the importance of this work, whose contributions are relevant to academic studies, in addition to enabling the understanding of the history of the role of social work with social movements and specifically the community movement in order to contribute to the organization of its inhabitants .

Keywords: Community movement; Societies of Neighborhood Friends – SABs; Social Work; Campinense Union of the Social Teams – UCES.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e empório do algodão em Campina**: notas para a história de uma cidade (regionalmente) cosmopolita. Campina Grande: UFPB, 1993, mimeo.

ARAÚJO, Silveira Vieira de. **Dispensando o feioso**: a construção da higiene estética em Campina Grande (1930-1960). Dissertação de Mestrado pela PPGH/ UFCG, 2010.

ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas Materiais (1880-1825). In: Ó, Alarcon Agra do. **A Paraíba no Império e na República**: Estudos de História Social e Cultural. João Pessoa: Idéia, 2006.

ANDRADE, Marta Denise Pereira de. **O curso de Serviço Social em Campina Grande – PB: trajetória e desafios.** Monografia do Curso de Serviço Social. 2008.

Diário da Borborema. **Faculdade de Serviço Social:** vultoso auxílio incluído no Orçamento Federal. 05 de outubro de 1961

FREITAS, Paloma Ribeiro. **Resgate histórico do curso de Serviço Social no município de Campina Grande:** surgimento e desenvolvimento até sua inserção no âmbito universitário. Relatório - PROINCI/UEPB. 2008, ps: 41.

FREIRE, Adriana Leal de Almeida. **Modernização e modernidade:** uma leitura sobre a arquitetura moderna de Campina Grande (1940/1970). São Carlos, 2010.

GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **O bairro de José Pinheiro ontem e hoje.** João Pessoa: SEC, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico – metodológica. São Paulo, Cortez: CELATS, 2009.

Livro de Atas da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, 16 jul. 1957, p.1

Livro de Atas da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, 05 dez. 1959, p. 3-4

Livro de atas da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, 21/ 11/ 1959, p: 1

MAYOL, Pierre. O Bairro in: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. 2:** morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 37-41.

MELO, Clodoaldo Oliveira. **História do surgimento dos Clubes de Mães em Campina Grande.** Monografia de História. Universidade Estadual da Paraíba. UEPB 2002.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Territórios de confronto:** Campina Grande 1920-1945. Campina Grande: EDUFCG, 2006. P: 146

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. Palavras também constroem cidades: os discursos e a construção da imagem de cidade grande. In: **Lazeres permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)**. Tese de doutorado. História do Brasil: UFPE, 2002, p: 32.

SOUZA, Luiz Gonzaga de. A formação das Sociedades de Amigos de Bairro. In: **Movimentos da Vida**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996 p. 156-158.

OLIVEIRA, Marília Tomaz de. **Democracia primária e experiência associativa - os Clubes de Mães em Campina Grande**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008, pgs: 200.

VIEIRA, Lenira Gomes, **Intervenção do serviço social na comunidade “José Pinheiro”** (Monografia de Serviço Social – FURNE), 1968, p. 1-57.